

IPI é conquista nossa

Pressão de todo o País pela retomada econômica levaram à prorrogação da redução do IPI. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Concessionárias de Veículos - FENATRACODIV, enviou carta ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, reivindicando a prorrogação, elencando os benefícios, como a garantia dos empregos e manutenção da atividade industrial e geração de novos postos de trabalho. A venda de veículos está sendo o motor para reaquecer a economia e superar a grave crise iniciada em outubro de 2008.

O governo brasileiro aplica o que a sociedade há muito vem cobrando. A redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para veículos e algumas linhas de eletrodomésticos faz a cadeia produtiva andar, reaquece a economia e impede o desemprego, espantando o fantasma de uma recessão de maior profundidade.

A isenção do IPI até 30 de setembro dá mais fôlego à economia.

PÁGINAS 4 E 5

SINDCON-MG na Força!



Diego Gonçalves, Eustáquio Dias e Manoel Borges representam o SINDCON-MG na direção da Força Sindical MG. **PÁGINA 6**

Desmanche legalizado inibe os crimes contra veículos

Vários países investem na reciclagem de peças de automóveis, legalizando os “desmanches”. A medida retira “sucatas” das estradas e diminui os furtos e roubos de carros. **PÁGINA 5**

USO PROIBIDO

Chamonix

Veneno contra o direito dos trabalhadores! **PÁGINA 2**

Gerson Fernandes



Sobrevive sem impostos

A crise e a recuperação do processo produtivo mostra a necessidade ao governo de atender aos reclames da sociedade por uma reforma tributária.

Assistimos ao longo dos anos uma guerra fiscal entre estados e municípios, com uma busca frenética de parecerem convidativos à instalação em seus territórios de grandes empresas e mesmo as pequenas, com diferenças significativas, por exemplo, no Imposto Sobre Serviços (ISS), deixando claro que eram menos draconianos do que os concorrentes vizinhos para surrupiar o rendimento do trabalho alheio.

O mundo inteiro entrou no parafuso da crise financeira provocada pela criminosa especulação imobiliária e uma agiotagem indecente com papéis sem lastro real em

bolsas de valores.

Populações inteiras de trabalhadores pagaram com a tragédia do desemprego, supressão de direitos e sérias ameaças para se manterem nos postos de trabalho.

No Brasil, o final do ano foi trágico e a saída encontrada pelo governo com a redução de IPI impediu milhares de demissões no setor automotomotivo, salvando de tabela o setor de extração mineral e siderúrgico que movem uma cadeia produtiva imensa.

O recado prático e objetivo está posto. Não há como uma sociedade sobreviver com esta "derrama" tributária. A fúria arrecadadora sufoca o desenvolvimento e medidas urgentes devem ser tomadas para permitir que o País alcance um futuro melhor.

Chamonix Citroën prejudica trabalhadores

No mês passado, dirigentes do SINDCON-MG distribuíram boletins entre os trabalhadores da Chamonix Citroën (Cambraia Comércio de Veículos e Serviços Ltda) informando providências que estão sendo tomadas pela entidade contra a truculência patronal, que teima em desrespeitar os direitos da categoria estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho

(CCT) assinada com o Sincodiv-MG, que representa os patrões.

A Chamonix não cumpre os limites estabelecidos na CCT para o trabalho aos domingos e feriados. Outro grave problema vem acontecendo contra trabalhadores que são demitidos pela empresa. Ela insiste em dificultar o processo de homologação de rescisões no Sindicato, evitando que o pleno direito dos companheiros seja eventualmente corrigido pelos técnicos do sindicato. A

empresa teima em fazer cálculos rescisórios sem considerar os 12 últimos meses, inclusive o 13º salário, tentando impor rescisões contabilizando a média apenas dos meses deste ano.

O SINDCON mantém denúncia no Ministério do Trabalho, através da Superintendência Regional do Trabalho. A ganância patronal não se contenta em explorar os trabalhadores durante o exercício profissional e tentam prejudicar os companheiros até no momento em que são demitidos, justamente quando alguns podem passar pela dificuldade do desemprego.

EXPEDIENTE

JORNAL **SINDCON-MG**
Cidadania
Presidente
Gerson Fernandes

Diretoria Executiva
Diego Gonçalves
José Eustáquio
Manoel Borges
Andréia de Souza
Marcos Vinícius

Jornalistas
José Geraldo Ribeiro
MG 02717 JP
Fotos - Tomaz Cintra
CTP e Impressão
Gráfica Everest

JUNHO/JULHO-2009
Distribuição gratuita

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - BH

JUNHO
20%

JULHO
14,81%

AGOSTO
24%

Governo prorroga IPI reduzido para veículos até o final de setembro

O governo federal anunciou na última segunda-feira, 29, a prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos – exceto caminhões – até 30 de setembro. Para os caminhões, o IPI reduzido passa a valer até o encerramento do ano.

Para os carros populares, o IPI foi zerado (oficialmente, a alíquota era de 7%). Nos modelos médios, caiu para 6,5% veículos movidos a gasolina (era 13%) e 5,5% para os modelos flex e a álcool (era 11%).

O governo também confirmou a continuidade da redução da Cofins para os negócios com motocicletas até 30 de setembro.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, haverá a recomposição gradual da incidência de IPI para veículos a partir de outubro. Até o final do ano, o governo espera ter o IPI no mesmo nível de novembro de 2008.

“Ideal seria ficar até 2010”

O momento mais propício para o fim da redução do IPI nos negócios com veículos seria em 2010, quando o corte da taxa básica de juros (Selic) provocará a queda de juros nos financiamentos automotivos e estimulará de fato a economia, avaliou Rogelio Golfarb, diretor de Assuntos Corporativos

da Ford América do Sul e ex-presidente da Anfavea, em entrevista publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, antes do anúncio da prorrogação.

Golfarb observa que o IPI reduzido gera benefícios também para os mercados vizinhos do brasileiro. “A Argentina exporta para o Brasil por volta de 47% de sua produção. Ao preservar nosso mercado interno, preservamos também a produção da Argentina e, sem dúvida, o mercado interno do Mercosul de maneira geral”, comenta o executivo. Ele lembra que o setor automotivo é a principal coluna do Mercosul.

Fim dos “veículos de entrada”

Uma pesquisa realizada pela Fenabrave entre os dias 22 a 28 de junho, a população consultada manifestou sua expectativa da continuidade da política de isenção de IPI como fórmula de reaquecimento da economia, com o aumento da oferta de empregos e elevação da produção.

Segundo a pesquisa, com a economia reaquecida haveria uma tendência de compra de carros mais sofisticados, reduzindo a opção por “veículos de entrada”, básicos e mais baratos. 48,19% dos internautas que participaram da enquête apontam que a medida, além de dar suporte para uma alavancagem da recuperação industrial, com uma potencial renovação da frota de veículos, o que traria ainda benefícios ao meio ambiente, em questões de segurança. Deste total, 43,37% afirmam que o principal fator da retomada é a redução do IPI. Apenas 8,44% dos votantes indicaram que essa opção de compra só mudaria com mais financiamentos e a prazos maiores.

Caem as vendas de usados

A redução de IPI provoca uma revolução nos centros urbanos, com uma renovação significativa da frota de veículos. Dados da Fenabrave demonstram que o mercado de usados não acompanhou o crescimento de vendas de veículos novos na comparação das quinzenas iniciais de maio e junho. Enquanto os negócios com veículos novos cresceram 5% (de 196,1 mil para 205,9 mil unidades), as vendas de usados recuaram 4,8%, caindo de 398,8 mil para 379,3 mil unidades, em decorrência do estímulo à compra de veículos novos gerado pela aproximação do final de mais um prazo de incidência da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O benefício tributário não contempla os negócios com veículos usados. No comparativo entre os negócios com usados nas duas quinzenas, conforme mostra o quadro acima - elaborado pelo Departamento Econômico da Fenabrave -, o segmento de motocicletas registrou a maior queda, com -7,3, seguido pelo de implementos rodoviários (-5,2%). Apenas no segmento de ônibus houve elevação de vendas, com crescimento de 1,4%.

2009 não deve nada a 2008

Venda de veículos até maio fica praticamente igual à dos cinco primeiros meses de 2008

O licenciamento de 1,150 milhão de veículos nos primeiros cinco meses deste ano mostra vendas quase idênticas às do mesmo período do ano passado – 1,151 milhão de unidades –, com queda de apenas 0,1%. Os dados foram apresentados pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que ressaltou esta vitória em plena crise à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a melhora no crédito ocorrida a partir de abril.

Segmentos	1º Metade Útil jun/09 (A)	1º Metade Útil mai/09 (B)	1º Metade Útil jun/08 (C)	jun/09 Veículos usados por novos emplacados	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
					(A/B)	(A/C)
a) Autos	247.494	259.507	274.536	2,3	-4,63 ▼	-9,85 ▼
b) Com. Leves	41.348	42.576	45.070	1,9	-2,88 ▼	-8,26 ▼
(a + b)	288.842	302.083	319.606	2,3	-4,38 ▼	-9,63 ▼
c) Caminhões	11.503	11.838	15.336	2,7	-2,83 ▼	-24,99 ▼
d) Ônibus	2.002	1.974	2.275	2,2	1,42 ▲	-12,00 ▼
(c + d)	13.505	13.812	17.611	2,6	-2,22 ▼	-23,31 ▼
Subtotal	302.347	315.895	337.217	2,3	-4,29 ▼	-10,34 ▼
e) Motos	73.326	79.109	73.842	1,1	-7,31 ▼	-0,70 ▼
f) Impl. Rod.	1.546	1.632	1.966	0,9	-5,27 ▼	-21,36 ▼
Outros	2.175	2.186	2.224	1,1	-0,50 ▼	-2,20 ▼
TOTAL	379.394	398.822	415.249	1,8	-4,87 ▼	-8,63 ▼

Elaborado pelo Departamento Econômico da Fenabrave

Os 247 mil veículos vendidos em maio representam um crescimento de 5,4% em relação a abril e de 2,1% na comparação com o mesmo mês do ano passado, lembrando-se que 2008 foi histórico nos recordes de vendas.

“Reciclar carro reduz 70% de furtos e roubos”

Na Argentina, legalização do desmanche desmonta indústria do crime; Brasil só recicla 1,5% da frota

Esta manchete acima, de uma notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo (domingo, 28 de junho), apresenta uma solução que vai se disseminando em vários países para coibir os furtos e o roubo de veículos.

Segundo a matéria, o objetivo básico atenderia dois propósitos: em primeiro lugar, retirar de circulação veículos de precárias condições, o que reduziria a poluição; em segundo, acabar com os desmanches ilegais, regulamentando a atividade, que provocaria uma drástica redução no número de veículos roubados e furtos.

Em Buenos Aires, Argentina, foi aberto o Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvi), uma unidade de reciclagem de veículos. Seguradoras entregam carros batidos a esta reciclagem e recebem 40% do lucro obtido na venda de peças aproveitáveis. A sucata também é



convertida em matéria prima para a fabricação de outros produtos. Algo semelhante já funciona na Espanha, que criou uma unidade para reciclagem de veículos que não são mais usados.

Na Europa, a legislação orienta as montadoras a construírem carros que favoreçam a reciclagem. Enquanto na Espanha o número de empresas de desmanches caiu de 3.000 para 500, no Brasil apenas 1,5% dos carros que saem de circulação chega até a reciclagem. Este índice chega a 95% na Europa e Estados Unidos. Abrir um centro de reciclagem tem custo estimado de R\$ 24 milhões. O Cesvi Brasil espera apoio empresarial para abrir uma unidade de reciclagem em nosso País.

Trabalhadores devem eleger representantes confiáveis



A traição de representantes eleitos para o legislativo e cargos executivos exige que a sociedade tenha maior cuidado para não perder os seus direitos legais.

Os direitos dos trabalhadores estão permanentemente ameaçados no Congresso Nacional que tem esmagadora maioria de representantes da elite, empresários, latifundiários e raposas políticas que estão no poder desde a ditadura militar. Várias conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição de 1988 só não foram eliminadas pelo «Congresso anti-social» porque os trabalhadores tiveram lá representantes aguerridos e corajosos, como o deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulinho Pereira.

Paulinho, no entanto, alerta: os trabalhadores precisam ampliar a base de representação, do contrário teremos sérias derrotas e prejuízo em nossos direitos. O próximo ano será o momento de eleger estes representantes, tanto para as assembleias nos Estados, como para a Câmara Federal e o Senado.

Se os trabalhadores não cuidarem em ter representantes legítimos e confiáveis, seremos comidos pelos poderosos, que moldam o país ao seu gosto e conveniência.

Querem desarmar nossa luta

A orquestra dos poderosos quer calar o grito de resistência no País

As notícias de Brasília poderiam muito bem sair das páginas de política e serem impressas com toda a “honra” nas páginas policiais. Suas excelências deputados e senadores já não se incomodam com os escândalos, denúncias de corrupção e mazelas dignas de serem trancafiados em uma cela. Tudo isto passou a ser trivial, fadado ao esquecimento até a próxima denúncia, para a qual também irão dar de ombros.

O Congresso Nacional passa quase todo o seu tempo amarrado em CPI's. Criando e engavetando, ou comemorando

os resultados numa pizzaria. Os edis parlamentares, no entanto, não perdem tempo em zelar pelos seus negócios. O Partido “Democratas” parece preocupado com a forte organização das centrais sindicais, desde que foram reconhecidas no ano passado e passaram a receber neste ano 10% da Contribuição Sindical dos 20% retidos na conta do Ministério do Trabalho.

Os “Demos” apresentaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4067) questionando a parcela da contribuição destinada às centrais sindicais prevista na Lei

11.648/08. Esta é uma luta antiga do patronato, a de enfraquecer as entidades sindicais, fazendo de tudo para os sindicatos não tenham recursos para aparelhar as entidades e mobilizar os trabalhadores.

Com as centrais tendo em seu poder a contribuição sindical dos próprios trabalhadores, os donos do poder temem uma organização mais apurada das categorias profissionais, passando a significar um mecanismo de forte pressão contra a máquina governamental que socorre apenas aos apelos das elites.

SINDCON-MG na direção da Força Sindical MG

Três dirigentes do SINDCON-MG (Diego Gonçalves, Eustáquio Dias e Manoel Borges) passam a integrar a direção da Força Sindical MG. A nova diretoria da central em Minas foi definida no último dia 29 de maio no Congresso da Força Sindical de Minas Gerais, realizado na Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), em Belo Horizonte, com uma presença histórica de sindicalistas de todo o Estado.

O presidente da Força Sindical MG, Rogério Fernandes, foi reconduzido ao cargo numa recomposição de diretoria que ganha companheiros novos, refletindo o crescimento da central em Minas Gerais, que saltou, desde o seu reconhecimento em 2008, de 54 para 139 entidades no Estado. Assume a Diretoria financeira, Carlos Malaquias (Sindicato dos Textéis de Belo Horizonte e Região), a Secretaria Geral da central, o companheiro Osanam dos Santos (Sindicato dos Comerciantes de Montes Claros,

como Secretário de Relações Internacionais, Levi Fernandes Pinto (Federação dos ulos Comerciantes de Minas Gerais) e secretário de Organização, o

companheiro Vandeir Messias Alves (Sindicato dos Químicos de Belo Horizonte). Estes companheiros que cuidarão das atividades cotidianas da central se somam a uma diretoria ampla de 57 diretores.

Rogério Fernandes destacou o crescimento da representatividade da central em Minas e a conseqüente demanda de suporte das entidades filiadas, que desenvolvem variadas atividades e processos de



Diego Gonçalves e Eustáquio Dias



Manoel Borges

mobilização em suas categorias específicas. “A Força em Minas, teve um crescimento muito maior que em todos os outros estados, o que

reflete o trabalho realizado pela central e o pleno discernimento das lideranças que não é mais possível as entidades sindicais agirem isoladas para enfrentar a crise e a sanha dos patrões para cortar direitos trabalhistas”, afirma Rogério. Lembra também que as lideranças sindicais mineiras tiraram posições importantes para defender no 6º Congresso da Força Sindical, que acontecerá de 29 a 31 de julho, em Praia Grande (SP). Destaca que estes eventos, “mais do que definir questões organizativas da central acontecem num momento crônico de luta dos trabalhadores contra os apertos das empresas sobre os trabalhadores, se aproveitando da crise para deteriorar direitos coletivos e implementar medidas de caráter preventivo para proteger a margem de lucros”.

O evento foi prestigiado com as presenças do vice-governador, Professor Antônio Anastasia, o prefeito de BH, Márcio Lacerda, o presidente nacional da Força Sindical, Paulinho Pereira, deputados, presidentes de outras centrais e dirigentes nacionais da Força Sindical.

